

Zélia rejeita as

Economia

Jornal de Brasília • 5

pressões dos credores

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou a modéstia de lado e fez uma incontestável defesa do seu programa econômico ao chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, "seria estranho o FMI não apoiar um programa como este", comentou. Sem constrangimento, aproveitou a conversa, eminentemente política, para também mandar um recado direto aos bancos credores, que se movimentam para pressionar o governo brasileiro a regularizar o pagamento dos juros em atraso, da ordem de US\$ 8 bilhões: "O governo não pode aceitar que questões sejam criadas para dificultar os entendimentos".

A ministra Zélia não gostou do tom das declarações do presidente do Citybank, John Reed, e do vice-presidente do Banco de Tóquio, Eisho Matsumoto, defendendo o pagamento da parcela dos juros em atraso, na quinta-feira, no seminário sobre a Dívida Externa, promovido pelo Senado Federal. Ela também não se intimidou nem mesmo com o Fundo Monetário, expressando seu ponto de vista sem constrangimento. Isto aconteceu, por exemplo, no início desta semana, quando Reichmann foi pela primeira vez ao seu gabinete. Como não houve tempo de concluir a conversa, a ministra não se intimidou: "Ainda não se esgotou a sua pauta e nem entramos na minha", disse a Reichmann acertando a nova reunião.

As declarações do banqueiro Eisho Matsumoto, ameaçando com a possibilidade do Brasil não receber novos recursos de empresas privadas japonesas não a chegaram a surpreender. Na quarta-feira, ele foi bastante claro com a ministra: o Banco de Tóquio aceita negociar, mas quer receber os atrasados. Também não se esqueceu de defender uma negociação que passe pelo Comitê Assessor, preocupado com a intenção do governo de conduzir os entendimentos a partir de conversas individuais. "As negociações não excluem o Comitê.

As conversas individuais com os maiores credores são para buscar uma proposta mais convincente a comunidade financeira", explicou a ministra.

Prorrogação

Ontem, na nova rodada com o FMI ficou definido que a missão entenderá sua permanência no Brasil possivelmente até setembro. A previsão inicial era de que toda a discussão técnica se esgotasse na próxima semana. Reichmann foi lacônico nos seus comentários: "Ainda falta muita conversa para chegarmos aos números". O embaixador Jório Dauster, negociador oficial, explicou que as conversas ainda giram sobre o desempenho fiscal do último ano do governo Sarney para que a instituição possa avaliar o esforço fiscal a partir do programa de estabilização.

A reunião de Reichmann com a ministra não desceu aos detalhes técnicos. "Foi uma conversa política sobre as linhas mestras do plano", resumiu Jório Dauster. Mantendo a conversa no nível político, Zélia lembrou que o programa de ajuste adotado pelo Brasil é muito mais rigoroso e atende a todos os requisitos do Fundo. "O FMI não pode deixar de apoiar. Seria estranho não apoiar o Brasil", insistiu com Reichmann, sem, no entanto, impor constrangimento ao representante do FMI. Pelo contrário, reforçou a disposição de negociar do governo brasileiro.

O cenário para o comportamento da economia no próximo ano, como informou ao chefe da missão, não será diferente deste ano. "A política monetária e fiscal continuarão rigorosas". Ou seja, Zélia acena com a mesma mão de ferro na condução dos gastos públicos e no limite de dinheiro em circulação na economia. As taxas de juros, da mesma forma, continuarão reais (acima da inflação) e o nível do desenvolvimento da economia vai depender da necessidade de ser mais restritiva ou não na condução da política monetária.